



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

11/12/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1 - 2
1.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	3 - 4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. COMARCAS.....	5 - 9
2.2. DECISÕES.....	10 - 11
2.3. EVENTOS.....	12 - 13
2.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	14
2.5. VARAS CRIMINAIS.....	15
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. EVENTOS.....	16
3.2. VARA DA MULHER.....	17
3.3. VARAS CRIMINAIS.....	18
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	19 - 21
4.2. DECISÕES.....	22 - 23
4.3. POSSE.....	24 - 25
4.4. PRESIDÊNCIA.....	26
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. COMARCAS.....	27 - 28
5.2. DECISÕES.....	29 - 30
5.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	31
5.4. VARA DA MULHER.....	32
5.5. VARAS CRIMINAIS.....	33
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	34
6.2. VARAS CRIMINAIS.....	35
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. DECISÕES.....	36 - 37
7.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	38
7.3. VARA DA MULHER.....	39
7.4. VARAS CRIMINAIS.....	40
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMEÇAR DE NOVO.....	41
8.2. DECISÕES.....	42 - 44
8.3. EVENTOS.....	45
8.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	46
8.5. SEM ASSUNTO.....	47 - 48
8.6. VARA DA MULHER.....	49
8.7. VARAS CRIMINAIS.....	50 - 51

SSP apresenta quadrilha envolvida em explosões de caixas eletrônicos

Pág. 3

SSP apresenta quadrilha envolvida em explosões de caixas eletrônicos

Uma ação conjunta realizada pelo Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Superintendência Estadual de Investigação Criminal (Seic) desarticulou mais uma quadrilha envolvida em assaltos a agências bancárias e explosões de caixas eletrônicos.

O grupo é responsável por cometer assaltos nas cidades de Bom Jardim, Arari e Olinda Nova. A polícia investiga, também, a atuação da quadrilha em outros municípios do estado. Eles foram surpreendidos pelos policiais na última quinta-feira (6), em Santa Inês, e apresentados na tarde desta

segunda-feira (10), no Auditório da SSP, pelo secretário de Estado de Segurança Pública, Aluisio Mendes.

Presentes, também, o secretário-adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos, Laércio Costa; a delegada Geral de Polícia Civil, Maria Cristina de Meneses; e o Superintendente da Seic, delegado Augusto Barros.

Segundo Aluisio Mendes, o bando atuava fortemente armado e já havia planejado outro assalto em Bacabeira. "É um grupo com atuação violenta. Eles tomavam como reféns os vigilantes em suas ações criminosas. Houve, inclusive, reação contra a Polícia no

momento da abordagem", disse.

Presos

Foram presos Isaias Silva de Oliveira, 25 anos, natural de Bom Jardim; Hugo Alves de Vasconcelos, 39 anos, de Instância (SE); Francisco de Jesus Silva, 21, Bacabal (MA); Herbeth Rodrigues de Sousa, 39, de São Mateus (MA); Fábio Nascimento Carneiro, 24, Lago do Junco (MA); e Antonio Gomes de Sá; Jhamerson Barros de Sousa, que trocou tiros com os policiais, encontra-se hospitalizado.

Com o grupo, foi apreendido 2 artefatos de explosivos; 5 armas, sendo 1 rifle 44, 2 pistolas (uma 9mm,

de fabricação tcheca, e uma Taurus 765), 2 revólveres 38; 2 veículos, modelos Idea e um Corsa Classic; e 1 moto Honda CB300.

Aluisio Mendes ressaltou o apoio do Poder Judiciário de Arari na efetivação das prisões dos elementos. "A Polícia está atenta a cada movimento desses criminosos. Estamos preparados para levá-los às grades. A SSP atua com um trabalho de intercâmbio com as instituições financeiras e de troca de informações e inteligência com força de segurança de outros estados. O final para esses bandidos sempre será esse: a Penitenciária de Pedrinhas", afirmou.

. Pág. 3

Funac vai inaugurar unidade para socioeducandos

A Fundação da Criança e do Adolescente no Maranhão (Funac-MA) inaugura, nesta quinta-feira (13), às 16h, a unidade onde será executado o programa de semiliberdade de socioeducandos em São Luís. Situada no bairro do Monte Castelo (Rua Paulo Frontim, nº 340), atenderá adolescentes do sexo masculino, de 12 a 18 anos.

Funac vai inaugurar unidade para socioeducandos

A Fundação da Criança e do Adolescente no Maranhão (Funac-MA) inaugura, nesta quinta-feira (13), às 16h, a unidade onde será executado o programa de semiliberdade de socioeducandos em São Luís. Situada no bairro do Monte Castelo (Rua Paulo Frontim, nº 340), atenderá adolescentes do sexo masculino, de 12 a 18 anos.

Representantes do Poder Judiciário, Governo do Estado e de entidades sociais promotoras dos direitos da criança e adolescentes participarão da inauguração. A Funac-MA é vinculada à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc),

Foram feitas às adaptações do projeto pedagógico e do regimento interno da unidade, em conformidade com

a Lei 12.594, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Neste sentido, de acordo com orientações do Sinase, as unidades de semiliberdade devem funcionar em residências, localizadas em comunidades.

A nova casa, com capacidade para acolher até 12 jovens, terá uma equipe multidisciplinar formada por pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais. O serviço será realizado por meio um Plano Individual de Atendimento (PIA).

Durante o atendimento serão feitos acompanhamentos psicológico, social e pedagógico. Também serão viabilizados serviços de saúde, ensino escolar, profissionalização e ativi-

dades de arte, educação e esporte.

Sobre a medida

A semiliberdade pode ser a primeira medida socioeducativa aplicada por um juiz de uma vara da infância e da juventude, ou uma progressão de medida (transição entre internação ou liberdade).

Na semiliberdade, os adolescentes frequentam a escola, geralmente localizada na comunidade ou em bairros vizinhos, cursos técnicos e profissionalizantes, podendo trabalhar e realizar atividades externas. Os adolescentes aos finais de semana retornam ao convívio familiar.

Defensor geral destaca apoio da governadora no fortalecimento da Defensoria



Em entrevista a uma rádio local, o defensor geral do estado, Aldy Mello Filho, destacou o apoio do Governo do Estado nas ações voltadas à expansão da Defensoria Pública em todo o Maranhão. Aldy Mello Filho destacou o aumento do número de comarcas e termos judiciais atendidos pela instituição, no último biênio. "Hoje, 37 municípios já contam com núcleos da Defensoria.

Roseana Sarney e Aldy Mello Filho durante alinhamento de parceria em prol de crianças e adolescentes

PÁGINA 7

EXPANSÃO

Defensor geral destaca apoio da governadora no fortalecimento da Defensoria



Roseana Sarney e Aldy Mello Filho durante alinhamento de parceria em prol de crianças e adolescentes

Em entrevista a uma rádio local, o defensor geral do estado, Aldy Mello Filho, destacou o apoio do Governo do Estado nas ações voltadas à expansão da Defensoria Pública em todo o Maranhão. Aldy Mello Filho destacou o aumento do número de comarcas e termos judiciários atendidos pela instituição, no último biênio. "Hoje, 37 municípios já contam com núcleos da Defensoria. Triplica-

mos nossa presença no interior do estado em pouco mais de 2 anos. Isso se deu graças ao aumento da quantidade de defensores públicos no Maranhão", afirmou.

O defensor geral explicou que foi realizado concurso público em 2011 e que, por iniciativa da governadora Roseana Sarney, foram criados 45 cargos de defensor público nos 2 últimos anos. "Foram dois projetos de lei enca-

minhados à Assembleia criando cargos na carreira, um em 2011 e outro em 2012". Aldy Mello Filho destacou o apoio da Casa Civil, da Secretaria de Planejamento e Orçamento (Seplan) e da Secretaria de Gestão e Previdência (Segep) e explicou que os cargos vagos serão preenchidos gradualmente.

Expansão

Aldy Mello Filho afirmou que a Defensoria tem priori-

zado dois critérios para a escolha dos municípios: número de habitantes e IDH. "Com isso, estamos tanto em cidades de grande porte, como Imperatriz, assim como em municípios menores, a exemplo de Vargem Grande, inaugurado no final do mês de novembro". Para o defensor geral, o apoio do Poder Executivo tem sido essencial para o processo de interiorização da Defensoria. "A criação dos cargos tem nos possibilitado estar em cidades distantes da capital, a exemplo de Carolina. Com isso, todas as regiões do estado têm sido contempladas".

De acordo com Aldy Mello Filho, cada núcleo regional da Defensoria Pública atende a comarca e os municípios vizinhos que lhes sejam termos judiciários. São, ao todo, 17 núcleos regionais, que beneficiam 37 municípios. Há dois anos eram apenas 6 os núcleos regionais e 11 os municípios por eles beneficiados, estando em processo de estruturação os núcleos de Alcântara, Bom Jardim, Viana, Barra do Corda, Santa Inês e Zé Doca, que beneficiarão mais 13 municípios.

Corregedor encerra visitas a comarcas em Governador Eugênio Barros

Na sexta-feira (7), o corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, finalizou a inspeção a quatro comarcas do interior do Estado, visitando São Domingos do Maranhão e Governador Eugênio Barros. Na quinta-feira (6), ele foi às comarcas de Presidente Dutra e Santo Antônio dos Lopes.

Em São Domingos do Maranhão, onde realizou inspeção pela manhã, o corregedor Cleones Cunha foi recebido pelo juiz titular da comarca, Clênio Lima Corrêa. O magistrado percorreu o fórum com o corregedor e conversou sobre as atividades da comarca. Uma das reivindicações foi a criação de uma segunda Vara na comarca.

"A comarca tem Vara única, mas a solicitação do juiz Clênio Lima é pertinente. Merece ser avaliada porque, realmente, a distribuição é bem alta", comentou o corregedor, que conversará sobre o assunto com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Des. Antônio Guerreiro Júnior e com a Co-

missão de Divisão e Organização Judiciária.

Sobre as instalações da comarca de São Domingos do Maranhão, o corregedor encontrou um fórum em boas condições. O Fórum Des. Antônio Pacheco Guerreiro funciona em um prédio próprio, porém adaptado. Segundo o corregedor-geral, a prefeitura do município está doando um terreno para o Judiciário, para que seja construído um novo fórum na comarca.

Durante a visita, o corregedor Cleones Cunha ainda esteve nos dois termos judiciários da comarca, Fortuna e Governador Luis Rocha.

Na tarde da sexta, o corregedor inspecionou a comarca de Governador Eugênio Barros e também encontrou um fórum satisfatório, apesar de pequeno. "Apesar de pequeno, o fórum está bem instalado e a Justiça consegue fazer um bom trabalho na comarca", comentou. O Des. Cleones Cunha foi recebido pelos servidores e pela juíza titular da comarca Welline de Souza Coelho.

SSP apresenta quadrilha envolvida em explosões de caixas eletrônicos

PÁGINA 3

GUERRA AO CRIME

SSP apresenta quadrilha envolvida em explosões de caixas eletrônicos



Assaltantes presos e apresentados à imprensa pela Secretaria de Segurança

Uma ação conjunta realizada pelo Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Superintendência Estadual de Investigação Criminal (Seic) desarticulou mais uma quadrilha envolvida em assaltos a agências bancárias e explosões de caixas eletrônicos.

O grupo é responsável por cometer assaltos nas cidades de Bom Jardim, Arari e Olinda Nova. A polícia investiga, também, a atuação da quadrilha em outros mu-

nicipios do estado. Eles foram surpreendidos pelos policiais na última quinta-feira (6), em Santa Inês, e apresentados na tarde de ontem, no Auditório da SSP, pelo secretário de Estado de Segurança Pública, Aluísio Mendes.

Presentes, também, o secretário-adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos, Laércio Costa; a delegada Geral de Polícia Civil, Maria Cristina de Meneses; e o Superintendente da Seic,

delegado Augusto Barros.

Segundo Aluísio Mendes, o bando atuava fortemente armado e já havia planejado outro assalto em Bacabeira. "É um grupo com atuação violenta. Eles tomavam como reféns os vigilantes em suas ações criminosas. Houve, inclusive, reação contra a Polícia no momento da abordagem", disse.

Presos

Foram presos Isaias Silva de Oliveira, 25 anos, natural de Bom Jardim; Hugo Al-

ves de Vasconcelos, 39 anos, de Instância (SE); Francisco de Jesus Silva, 21, Bacabal (MA); Herbeth Rodrigues de Sousa, 39, de São Mateus (MA); Fábio Nascimento Carneiro, 24, Lago do Junco (MA); e Antonio Gomes de Sá; Jhamerson Barros de Sousa, que trocou tiros com os policiais, encontra-se hospitalizado.

Com o grupo, foi apreendido 2 artefatos de explosivos; 5 armas, sendo 1 rifle 44, 2 pistolas (uma 9mm, de fabricação tcheca, e uma Taurus 765), 2 revólveres 38; 2 veículos, modelos Idea e um Corsa Classic; e 1 moto Honda CB300.

Aluísio Mendes ressaltou o apoio do Poder Judiciário de Arari na efetivação das prisões dos bandidos. "A Polícia está atenta a cada movimento desses criminosos. Estamos preparados para levá-los às grades. A SSP atua com um trabalho de intercâmbio com as instituições financeiras e de troca de informações e inteligência com força de segurança de outros estados. O final para esses bandidos sempre será esse: a Penitenciária de Pedrinhas", afirmou.

TJMA recebe denúncia contra prefeitos de Colinas e São Francisco do MA

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu denúncia do Ministério Público Estadual contra os prefeitos Valmira Miranda da Silva (Colinas) e Francisco Ademar dos Santos, o "Chico Pechó" (São Francisco do Maranhão). Ambos não prestaram contas do exercício financeiro de 2011, no prazo estabelecido em lei, ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

PÁGINA 3

TJMA recebe denúncia contra prefeitos de Colinas e São Francisco do Maranhão

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu denúncia do Ministério Público Estadual contra os prefeitos Valmira Miranda da Silva (Colinas) e Francisco Ademar dos Santos, o "Chico Pechó" (São Francisco do Maranhão). Ambos não prestaram contas do exercício financeiro de 2011 no prazo estabelecido em lei ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

COLINAS – A denúncia contra a prefeita de Colinas, Valmira Miranda – que prestou as contas municipais de 2011 com 21 dias de atraso, após declaração de inadimplência do TCE – foi recebida pela Câmara por maioria de votos.

Os desembargadores Joaquim Figueiredo e Raimundo Nonato de Souza votaram pela instauração

da ação penal, conforme parecer do Ministério Público Estadual. O relator do processo, desembargador Froz Sobrinho, porém, apresentou voto divergente, se manifestando pelo não recebimento da denúncia.

SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO – O processo que trata da denúncia contra o prefeito de São Francisco do Maranhão, Chico Pechó, teve como relator o desembargador Joaquim Figueiredo.

No entendimento do relator, ficou comprovada a materialidade do delito (existência do crime), indícios de autoria e viabilidade para prosseguimento da ação penal.

Figueiredo foi acompanhado pelo desembargador Raimundo Nonato de Souza, com voto contrário do desembargador Froz Sobrinho.

CGJ-MA reúne equipe e avalia trabalho do ano de 2012



Depois de comemorar o alcance das metas da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) de 2012, a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão reuniu a equipe de coordenadores e chefes de todos os setores para avaliar o trabalho desenvolvido no ano de 2012. A reunião ocorreu na sexta-feira (7). **PÁGINA 3**

CGJ-MA reúne equipe e avalia trabalho do ano de 2012

Depois de comemorar o alcance das metas da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) de 2012, a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão reuniu a equipe de coordenadores e chefes de todos os setores para avaliar o trabalho desenvolvido no ano de 2012. A reunião ocorreu na sexta-feira (7).

A diretora da CGJ-MA, Socorro Patrice de Sousa, deu início ao encontro destacando o orgulho de toda a equipe com o alcance das metas da GPJ 2012, que reflete o comprometimento de todos com a gestão do Des. Cleones Carvalho Cunha à frente do órgão. "Tenho muito orgulho desta equipe! Estamos todos de parabéns pelo trabalho, mas sabemos que temos que aprimorá-lo, aumentar a integração e a comunicação", disse.

Para o chefe de Gabinete do corregedor, Mário Lobão, a GPJ 2012 é um indicativo de que a CGJ está funcionando. "É um exemplo de que o trabalho da equipe do corregedor está funcionando. E é por isso que temos que trabalhar ainda mais, nos reunir mais, nos integrar para que mais resultados positivos apareçam", completou.

Reuniões – A partir deste mês de dezembro de 2012, os chefes e coordenadores dos setores da CGJ-MA passam a ter reuniões mais frequentes. Serão encontros mensais para avaliar as atividades realizadas, discutir problemas, compartilhar dificuldades, pensar em soluções e planejar ações futuras.

"Fico contente de ver uma equipe integrada e disposta a trabalhar por esta Corregedoria. Tivemos muito trabalho durante o ano de 2012, e em 2013 o ritmo de trabalho será ainda maior", ressaltou o corregedor-geral da Justiça, Cleones Carvalho Cunha, que estava em viagem por comarcas do interior do Estado.



Entre os temas discutidos na reunião, o Planejamento Estratégico da CGJ-MA foi um dos destaques. A diretora Socorro Sousa lembrou que todos devem

seguir o planejamento, trabalhando para concluir as metas e objetivos propostos conjuntamente no início de 2012 para a gestão. "Se trabalharmos todos juntos, alcançaremos nossos objetivos com facilidade. Aqui, os setores são interligados, e o trabalho de cada um interfere no trabalho dos outros, isso nós sempre devemos ter em mente", finalizou.

Funac vai inaugurar unidade para socioeducandos

A Fundação da Criança e do Adolescente no Maranhão (Funac-MA) inaugura, nesta quinta-feira (13), às 16h, a unidade onde será executado o programa de semiliberdade de socioeducandos em São Luís. Situada no bairro do Monte Castelo (Rua Paulo Frontim, nº 340), atenderá adolescentes do sexo masculino, de 12 a 18 anos.

Representantes do Poder Judiciário, Governo do Estado e de entidades sociais promotoras dos direitos da criança e adolescentes participarão da inauguração. A Funac-MA é vinculada à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc).

Foram feitas às adaptações do projeto pedagógico e do regimento interno da unidade, em conformidade com a Lei 12.594, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Neste sentido, de acordo com orientações do Sinase, as unidades de semiliberdade devem funcionar em residências, localizadas em comunidades.

A nova casa, com capa-

cidade para acolher até 12 jovens, terá uma equipe multidisciplinar formada por pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais. O serviço será realizado por meio um Plano Individual de Atendimento (PIA).

Durante o atendimento serão feitos acompanhamentos psicológico, social e pedagógico. Também serão viabilizados serviços de saúde, ensino escolar, profissionalização e atividades de arte, educação e esporte.

Sobre a medida

A semiliberdade pode ser a primeira medida socioeducativa aplicada por um juiz de uma vara da infância e da juventude, ou uma progressão de medida (transição entre internação ou liberdade).

Na semiliberdade, os adolescentes frequentam a escola, geralmente localizada na comunidade ou em bairros vizinhos, cursos técnicos e profissionalizantes, podendo trabalhar e realizar atividades externas. Os adolescentes, aos finais de semana, retornam ao convívio familiar.

Polícia Civil cumpre mandado de prisão contra estuprador

Uma operação do Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP), em conjunto com a Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), culminou com cumprimento de uma ordem de prisão em desfavor de Edenilson Rollins da Silva, 23 anos, acusado de estuprar uma menina na Capital maranhense.

De acordo com o delegado Regional de Presidente Dutra, Paulo Arthur Franco Garcia, Edenilson Rollins foi detido no sábado (8), por meio de um mandado de prisão preventiva expedido pela Juíza Rosária de Fátima Almeida Duarte, da 9ª Vara Criminal do Fórum de São Luís.

Com base nas investigações, a Superintendência de Polícia Civil do Interior comunicou o delegado Paulo Franco, que o foragido estava localizado na residência localizada na Avenida Tancredo Neves, s/n, município de Presidente Dutra.

Segundo a Polícia, o homem admitiu ter se relacionado com a menor de idade. Edenilson Rollins da Silva ficará preso na Regional de Presidente Dutra, logo após será encaminhado para Penitenciária de Pedrinhas, onde aguardará a decisão da Justiça.

BALANÇO

CGJ-MA reúne equipe e avalia trabalho do ano de 2012



A reunião foi comandada pela diretora da CGJ-MA, Socorro Sousa,

Depois de comemorar o alcance das metas da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) de 2012, a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão reuniu a equipe de coordenadores e chefes de todos os setores para avaliar o trabalho desenvolvido no ano de 2012. A reunião ocorreu na sexta-feira (7).

A diretora da CGJ-MA, Socorro Patrice de Sousa, deu início ao encontro destacando o orgulho de toda a equipe com o alcance das metas da GPJ 2012, que reflete o comprometimento de todos com a gestão do Des. Cleones Carvalho Cunha à frente do órgão. "Tenho muito orgulho desta equipe! Es-

tamos todos de parabéns pelo trabalho, mas sabemos que temos que aprimorá-lo, aumentar a integração e a comunicação", disse.

Para o chefe de Gabinete do corregedor, Mário Lobão, a GPJ 2012 é um indicativo de que a CGJ está funcionando. "É um exemplo de que o trabalho da equipe do corregedor está funcionando. E é por isso que temos que trabalhar ainda mais, nos reunir mais, nos integrar para que mais resultados positivos apareçam", completou.

Reuniões - A partir deste mês de dezembro de 2012, os chefes e coordenadores dos setores da CGJ-MA passam a ter reu-

niões mais frequentes. Serão encontros mensais para avaliar as atividades realizadas, discutir problemas, compartilhar dificuldades, pensar em soluções e planejar ações futuras.

"Fico contente de ver uma equipe integrada e disposta a trabalhar por esta Corregedoria. Tivemos muito trabalho durante o ano de 2012, e em 2013 o ritmo de trabalho será ainda maior", ressaltou o corregedor-geral da Justiça, Cleones Carvalho Cunha, que estava em viagem por comarcas do interior do Estado.

Entre os temas discutidos na reunião, o Planejamento Estratégico da CGJ-MA foi um dos destaques. A diretora Socorro Sousa lembrou que todos devem seguir o planejamento, trabalhando para concluir as metas e objetivos propostos conjuntamente no início de 2012 para a gestão. "Se trabalharmos todos juntos, alcançaremos nossos objetivos com facilidade. Aqui, os setores são interligados, e o trabalho de cada um interfere no trabalho dos outros, isso nós sempre devemos ter em mente", finalizou.

COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Campanha movimentou Fórum de São Luís

Uma mobilização no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, marcou, na última sexta-feira (7), o encerramento da campanha dos 16 dias de ativismo contra a violência doméstica, desenvolvida no Estado pela Coordenadoria da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão. A campanha teve como tema "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A lei é mais forte".

"A Lei Maria da Penha é conhecida por 91% das pessoas, entretanto menos de 23% conhecem seu conteúdo. Por isso, a importância de ações como esta, que precisam ser continuadas com vistas ao esclarecimento dos direitos da mulher", destacou o juiz titular da Vara Especial da Mulher de São Luís, Nelson Moraes Rego.

A campanha pelos 16 dias de ativismo teve início no dia 25 de novembro, com uma caminhada na Aveni-

da Litorânea. Em Imperatriz, a Vara da Mulher daquela comarca também desenvolveu atividades relacionadas ao tema. Uma parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) viabilizou blitzes educativas e palestras sobre o femicídio.

VITÓRIA DO MEARIM

Júri condena homicida a 17 anos de reclusão

Júris ocorridos nos últimos dias 4 e 5, na comarca de Vitória do Mearim, condenaram o réu Elenilson da Silva Santos a 17 anos de reclusão e absolveram Flávio Paula Rodrigues, ambos acusados de homicídio. Presidiu os julgamentos o titular da comarca, juiz Milvan Gedeon Gomes. No primeiro júri, Elenilson foi condenado pelo homicídio da ex-companheira,

Antonia Amélia Maciel, crime ocorrido em 21 de agosto de 2010. A pena deve ser cumprida em regime inicialmente fechado.

Já Flávio Paula Rodrigues foi absolvido pelo Conselho de Sentença da acusação de homicídio contra José da Conceição, o "Zé do Índio". O crime se deu no dia 27 de julho de 2007, quando o réu desferiu um tiro de arma de fogo contra a

vítima. Ao final dos júris, Milvan Gedeon agradeceu o comparecimento da população aos julgamentos, ressaltando o apoio da Polícia Militar na garantia da segurança dos presentes. O magistrado destacou ainda o empenho do Poder Judiciário no cumprimento das metas da ENASP.



Justiça nega pedido de envolvido na morte de Décio Sá

Polícia 8

Justiça nega quebra de sigilo de telefones de Gláucio e *Bolinha*

Celulares seriam da mulher do agiota e do agenciador do crime, nos quais os acusados teriam trocado mensagens que comprovariam que Gláucio Alencar e seu pai, José de Alencar, não tinham interesse na morte do jornalista Décio Sá

Saulo Maclean
 Da editoria de Polícia



A Justiça negou o pedido de quebra de dois sigilos telefônicos feito pelos advogados

dos empresários agiotes Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, e o pai dele, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, presos e denunciados como mandantes e financiadores do assassinato do jornalista Décio Sá, de 42 anos, ocorrido em abril deste ano. As linhas móveis em questão, segundo a defesa dos acusados, seriam da companheira de Gláucio Carvalho e de José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, de 38 anos, um dos intermediadores do crime.

A petição foi feita pelo defensor Adriano Wagner Araújo Cunha, que considera o teor de algumas mensagens de textos trocadas entre seu cliente e *Júnior Bolinha* "de grande interesse para a defesa dos denunciados, uma vez que corrobora a tese de que os acusados não tinham qualquer interesse ou participação na morte do jornalista". Segundo a defesa, um dos telefones é o da companheira de Gláucio Alencar, Luiza Santos

Carvalho, que teria sido utilizado para responder a uma mensagem de texto enviada por *Júnior Bolinha*.

O pedido foi endereçado à Justiça no dia 31 de outubro, porém negado no dia 14 de novembro pelo promotor Luís Carlos Duarte, titular da 24ª Vara Criminal. "Diante de tudo o que foi exposto, este órgão ministerial opina pelo indeferimento do pedido, pelo fato de não ficar evidenciada de forma cabível a necessidade de tal pretensão. Ao contrário, esta assertiva dizendo que houve contato entre os acusados é mais uma prova cabal da relação harmoniosa existente entre os mesmos, no propósito do desiderato criminoso", considerou.

Outras - Esta não é a primeira vez que a defesa dos denunciados pela morte de Décio Sá tem seus pedidos encaminhados ao Poder Judiciário negados. Em outubro, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça indeferiu, em decisão unânime, a solicitação de habeas corpus para os empresários Gláucio e Miranda. O resultado da votação, segundo o Ministério Público Estadual, foi reflexo do que está nos autos, ou seja, da materialidade do crime, e dos indícios suficientes que apontam os dois como

Mois

O jornalista Décio Sá foi assassinado com cinco tiros de pistola calibre ponto 40, por volta das 23h30, do dia 23 de abril, quando aguardava sentado em uma mesa, no restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea. O executor do crime, segundo a polícia, desceu da garupa da moto na porta do estabelecimento, entrou e efetuou os disparos a queima roupa contra o blogueiro, que foi morto por apontar, em uma de suas publicações, a rede de agiotes como principal suspeita de encomendar a morte do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, executado com três tiros na cabeça, no dia 31 de março, na cidade de Teresina-PI.

"mandantes do assassinato do jornalista".

Uma semana depois, também em decisão unânime, a Justiça negou habeas corpus ao ex-subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Maranhão, capitão Fábio Aurélio Saraiva Silva, o *Fábio Capita*, de 36 anos, que foi denunciado como a pessoa que teria fornecido a arma usada na morte do repórter da editoria de Política de *O Estado*. O militar não teve



José de Alencar Pontes Carvalho e Gláucio Alencar Pontes Carvalho perdem mais uma investida na Justiça

a solicitação para o benefício atendida e permanece preso em uma das celas do Manelão, como é conhecida a carceragem do Comando Geral da PMMA, no bairro Calhau.

Ao todo, 13 pessoas foram indiciadas no inquérito policial. Destas, 12 foram denunciadas pelo Ministério Público Estadual, que reconheceu como legítimas as provas colhidas pela polícia judiciária ao longo das investigações. Além de Gláucio, Miranda e Júnior Bolinha, en-

taram na lista o executor do crime, o pistoleiro paraense Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, e outros três intermediadores, um deles Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Bochecha*, de 32 anos, presos na Operação Detonando, no dia 13 junho deste ano.

Outros dois ainda estão foragidos: Elker Farias Veloso, o *Diego*, de 26 anos, e Shirliano Graciano de Oliveira, o *Balão*, de 27 anos. Também foram denunciados pelo MP o advogado Ronal-

do Ribeiro, que teve envolvimento confirmado com os crimes de agiotagem e é responsável pela causa de dezenas de prefeituras municipais no estado; dois investigadores da Seic, Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros (afastados de suas funções), e Marcos Bruno Silva de Oliveira, de 28 anos, piloto de fuga do matador paraense.

Tribunal nega pedido de servidores estaduais

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça negaram pedido feito por servidores estaduais para instauração de incidente de uniformização de jurisprudência, acerca dos julgamentos de ações referentes ao acréscimo do percentual de 21,7% com base na lei 8.369/2006.

Os servidores pediam a instauração de incidente de uniformização, alegando divergência de entendimentos entre os membros da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Câmaras Cíveis do TJMA, alguns reconhecendo a natureza jurídica de revisão geral da lei 8.369/2009, outros no sentido oposto, decidindo pelo não reconhecimento da recomposição remuneratória de 21,7% aos servidores estaduais.

Os servidores ajuízam ações contra o Estado do Maranhão, ale-

gando que a Lei Estadual 8.639/2006 feriu a Constituição Federal ao determinar reajuste salarial diferenciado, de 30% para o grupo de Atividades de Nível Superior e de 8,3% para os demais, pelo que requerem o reajuste da diferença de 21,7%. No caso apreciado, um grupo de servidores recorria de decisão da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, que negou o reconhecimento do direito à revisão, pedindo também a uniformização dos julgamentos nas câmaras cíveis.

Pedido - O relator do processo, desembargador Marcelo Carvalho Silva, não acolheu o pedido para instaurar incidente de uniformização, por considerar não comprovada a existência da divergência, pela ausência de julgamentos definitivos (transitados em julgado) de todas as câmaras.

Carvalho ressaltou ainda que a admissão do incidente não é um direito subjetivo das partes, mas uma faculdade do julgador, que examina a oportunidade e conveniência da admissão do incidente, as vantagens ou não à aplicação da jurisdição, a natureza da causa e a existência concreta de divergência a ser enfrentada.

Denúncia

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça recebeu denúncia do Ministério Público (MP) contra os prefeitos de Colinas, Valmira Miranda, e de São Francisco do Maranhão, Francisco dos Santos, o "Chico Pechó".

Ambos não prestaram contas do exercício financeiro de 2011 no prazo estabelecido em lei ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O relator, desembargador Froz Sobrinho, não acatou a denúncia, mas os desembargadores Joaquim Figueiredo e Raimundo Nonato de Souza votaram com o MP.

Cinco comarcas do Maranhão já estão com novos juízes

Magistrados foram empossados na semana passada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, sendo três removidos pelo critério de antiguidade e dois por merecimento

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Antonio Guerreiro Júnior, deu posse a cinco magistrados em entrância inicial – três removidos pelo critério de antiguidade e dois pelo de merecimento.

Paulo Vital Souto Montenegro – que teve operosidade positiva (número de sentenças superior à quantidade de processos distribuídos) de 120% – passa a atuar em Senador La Rocque, na Região Tocantina.

Removida para Pio XII, a juíza Gisa Fernandes Nery Mendonça ingressou na magistratura em 2011, na Comarca de Mirinzal, onde foi titularizada. “Tenho muitos desafios na nova comarca, onde espero encontrar servidores com disposição para melhorar os serviços forenses”, destacou ela.

Flávia Pereira da Silva Barçante – removida da Comarca de Buriti Bravo para São Francisco do Maranhão – está na magistratura desde novembro de 2009. Como juíza substituta atuou nas comarcas de Pinheiro, Timon e Humberto de Campos, sendo titularizada em Santa Quitéria. Es-

te ano a magistrada julgou aproximadamente 400 processos.

Titular da Comarca de Supacupira do Norte – onde tramitam cerca de 600 processos – Marcelo Santana Farias foi empossado na Comarca de Bacuri. Ele iniciou a carreira de magistrado em novembro de 2009 e, como juiz substituto, atuou nas comarcas de Rosário, Santa Rita, Tutoia, Araioes, Brejo, Buriti e Pinheiro.

Atividades - Arthur Gustavo Azevedo do Nascimento passa a atuar agora na Comarca de Barreirinhas. Na magistratura desde 2009, ele exerceu suas atividades judicantes em São Domingos do Azeitão, indo em seguida para São Vicente Férrer, de onde foi removido.

“Desejo a todos muito sucesso em suas novas comarcas. Conheço todas elas e sei da situação de cada uma. Contem sempre com o apoio do Tribunal de Justiça”, frisou Guerreiro Júnior, alertando os magistrados em situação de risco que entrem em contato com a Comissão Permanente de Segurança Institucional, com pedidos de proteção, assistência ou escolta.

O desembargador Kleber Carvalho, que presidiu o último concurso de juízes do TJMA (2009), no qual os magistrados ingressaram no Judiciário, cumprimentou os empossados.

“Tenho um carinho especial por todos, pois acompanhei cada um em todas as fases do concurso. Hoje participo da solenidade de remoção, mas em breve verei as promoções”, disse Carvalho.

Participaram da solenidade o juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Fernando Mendonça – pai da magistrada Gisa Fernandes Nery Mendonça – e familiares dos empossados.

Divulgação



O desembargador Antonio Guerreiro Júnior (c) com os magistrados que foram empossados no Tribunal de Justiça do Maranhão



Em recente encontro de magistrados no Rio, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antonio Guerreiro Júnior, conversa sobre PPP - projeto de Parceria Público-Privada, de sua autoria, que contempla o Judiciário nacional - com a desembargadora e futura presidente do Tribunal de Justiça fluminense Leila Maria Carrilo Mariano. Primeira mulher a comandar o TJ-RJ, Leila Mariano tomará posse em fevereiro para cumprir mandato de dois anos. Atualmente, ela preside a 2ª Câmara Cível do Tribunal e é diretora-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio (Emerj)

ÚLTIMAS

SSP apresenta quadrilha envolvida em explosões de caixas eletrônicos

O grupo é responsável por cometer assaltos nas cidades de Bom Jardim, Arari e Olinda Nova. A polícia investiga, também, a atuação da quadrilha em outros municípios do estado. (Página 08)

AÇÃO POLICIAL

SSP apresenta quadrilha envolvida em explosões de caixas eletrônicos



Uma ação conjunta realizada pelo Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Superintendência Estadual de Investigação Criminal (Seic) desarticulou mais uma quadrilha envolvida em assaltos a agências bancárias e explosões de caixas eletrônicos.

O grupo é responsável por cometer assaltos nas cidades de Bom Jardim, Arari e Olinda Nova. A polícia investiga, também, a atuação da quadrilha em outros municípios do estado. Eles foram surpreendidos pelos policiais na última quinta-feira (6), em Santa Inês, e apresentados na tarde desta segunda-feira (10), no Auditório da SSP, pelo secretário de Estado de Segurança Pública, Aluísio Mendes.

Presentes, também, o secretário-adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos, Laércio

Costa; a delegada Geral de Polícia Civil, Maria Cristina de Meneses; e o Superintendente da Seic, delegado Augusto Barros.

Segundo Aluísio Mendes, o bando atuava fortemente armado e já havia planejado outro assalto em Bacabeira. "É um grupo com atuação violenta. Eles tomavam como reféns os vigilantes em suas ações criminosas. Houve, inclusive, reação contra a Polícia no momento da abordagem", disse.

Presos - Foram presos Isaias Silva de Oliveira, 25 anos, natural de Bom Jardim; Hugo Alves de Vasconcelos, 39 anos, de Instância (SE); Francisco de Jesus Silva, 21, Bacabal (MA); Herbeth Rodrigues de Sousa, 39, de São Mateus (MA); Fábio Nascimento Carneiro, 24, Lago do Junco (MA); e Antonio Gomes de Sá; Jhamerson Barros de Sousa, que trocou tiros com os policiais, encontra-se hospitalizado.

Com o grupo, foi apreendido 2 artefatos de explosivos; 5 armas, sendo 1 rifle 44, 2 pistolas (uma 9mm, de fabricação tcheca, e uma Taurus 765), 2 revólveres 38; 2 veículos, modelos Idea e um Corsa Classic; e 1 moto Honda CB300.

Aluísio Mendes ressaltou o apoio do Poder Judiciário de Arari na efetivação das prisões dos elementos. "A Polícia está atenta a cada movimento desses criminosos. Estamos preparados para levá-los às grades. A SSP atua com um trabalho de intercâmbio com as instituições financeiras e de troca de informações e inteligência com força de segurança de outros estados. O final para esses bandidos sempre será esse: a Penitenciária de Pedrinhas", afirmou.

DESEMBARGADORES:

Negam pedido de uniformização de jurisprudência em ações de servidores

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça negaram pedido feito por servidores estaduais para instauração de incidente de uniformização de jurisprudência, acerca dos julgamentos de ações referentes ao acréscimo do percentual de 21,7% com base na lei 8.369/2006.

Os servidores pediam a instauração de incidente de uniformização, alegando divergência de entendimentos entre os membros da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Câmaras Cíveis do TJMA, alguns reconhecendo a natureza jurídica de revisão geral da lei 8.369/2009, outros no sentido oposto, decidin-

do pelo não reconhecimento da recomposição remuneratória de 21,7% aos servidores estaduais.

Os servidores ajuízam ações contra o Estado do Maranhão, alegando que a Lei Estadual 8.639/2006 feriu a Constituição Federal ao determinar reajuste salarial diferenciado, de 30% para o grupo de Atividades de Nível Superior e de 8,3% para os demais, pelo que requerem o reajuste da diferença de 21,7%.

RECURSO - No caso apreciado, um grupo de servidores recorria de decisão da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, que negou o

reconhecimento do direito à revisão, pedindo também a uniformização dos julgamentos nas câmaras cíveis.

O relator do processo, desembargador Marcelo Carvalho Silva, não acolheu o pedido para instaurar incidente de uniformização, por considerar não comprovada a existência da divergência, pela ausência de julgamentos definitivos (transitados em julgado) de todas as câmaras.

TJMA recebe novas denúncias contra prefeitos (I)

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu denúncia do Ministério Público Estadual contra os prefeitos Valmira Miranda da Silva (Colinas) e Francisco Ademar dos Santos, o "Chico Pechó" (São Francisco do Maranhão). Ambos não prestaram contas do exercício financeiro de 2011 no prazo estabelecido em lei ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

A denúncia contra a prefeita de Colinas, Valmira Miranda - que prestou as contas municipais de 2011 com 21 dias de atraso, após declaração de inadimplência do TCE - foi recebida pela câmara por maioria de votos.

Os desembargadores Joaquim Figueiredo e Raimundo Nonato de Souza votaram pela instauração da ação penal, conforme parecer do Ministério Público Estadual. O relator do processo, desembargador Froz Sobrinho, porém, apresentou voto divergente, se manifestando pelo não recebimento da denúncia.

TJMA recebe novas denúncias contra prefeitos (II)

O processo que trata da denúncia contra o prefeito de São Francisco do Maranhão, Chico Pechó, teve como relator o desembargador Joaquim Figueiredo. No entendimento do relator, ficou comprovada a materialidade do delito (existência do crime), indícios de autoria e viabilidade para prosseguimento da ação penal. Figueiredo foi acompanhado pelo desembargador Raimundo Nonato de Souza, com voto contrário do desembargador Froz Sobrinho.

■ Inauguração

A Fundação da Criança e do Adolescente no Maranhão (Funac-MA) inaugura, nesta quinta-feira (13), às 16h, a unidade onde será executado o programa de semiliberdade de socioeducandos em São Luís. Situada no bairro do Monte Castelo (Rua Paulo Frontim, nº 340), atenderá adolescentes do sexo masculino, de 12 a 18 anos. Representantes do Poder Judiciário, Governo do Estado e de entidades sociais promotoras dos direitos da criança e adolescentes participarão da inauguração. A Funac-MA é vinculada à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc). Foram feitas as adaptações do projeto pedagógico e do regimento interno da unidade, em conformidade com a Lei 12.594, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Neste sentido, de acordo com orientações do Sinase, as unidades de semiliberdade devem funcionar em residências, localizadas em comunidades.

■ Capacidade

A nova casa, com capacidade para acolher até 12 jovens, terá uma equipe multidisciplinar formada por pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais. O serviço será realizado por meio um Plano Individual de Atendimento (PIA). Durante o atendimento serão feitos acompanhamentos psicológico, social e pedagógico. Também serão viabilizados serviços de saúde, ensino escolar, profissionalização e atividades de arte, educação e esporte.

■ Sobre a medida

A semiliberdade pode ser a primeira medida socioeducativa aplicada por um juiz de uma vara da infância e da juventude, ou uma progressão de medida (transição entre internação ou liberdade). Na semiliberdade, os adolescentes frequentam a escola, geralmente localizada na comunidade ou em bairros vizinhos, cursos técnicos e profissionalizantes, podendo trabalhar e realizar atividades externas. Os adolescentes aos finais de semana retornam ao convívio familiar.

■ Campanha

Uma mobilização no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, marcou, na última sexta-feira (7), o encerramento da campanha dos 16 dias de ativismo contra a violência doméstica, desenvolvida no Estado pela Coordenadoria da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão. A campanha teve como tema "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A lei é mais forte". "A Lei Maria da Penha é conhecida por 91% das pessoas, entretanto menos de 23% conhecem seu conteúdo. Por isso, a importância de ações como esta, que precisam ser continuadas com vistas ao esclarecimento dos direitos da mulher", destacou o juiz titular da Vara Especial da Mulher de São Luís, Nelson Moraes Rego. A campanha pelos 16 dias de ativismo teve início no dia 25 de novembro, com uma caminhada na Avenida Litorânea. Em Imperatriz, a Vara da Mulher daquela comarca também desenvolveu atividades relacionadas ao tema. Uma parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) viabilizou blitzes educativas e palestras sobre o femicídio.

■ Mandado de prisão

Uma operação do Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP), em conjunto com a Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI) culminou com cumprimento de uma ordem de prisão em desfavor de Ednilson Rollins da Silva, 23 anos, acusado de estuprar uma menina na capital maranhense. De acordo com o delegado Regional de Presidente Dutra, Paulo Arthur Franco Garcia, Ednilson Rollins foi detido no sábado (8), por meio de um mandado de prisão preventiva expedido pela Juíza Rosária de Fátima Almeida Duarte, da 9ª Vara Criminal do Fórum de São Luís.

■ SEMILIBERDADE

Funac inaugura unidade para socioeducandos em São Luís

A Fundação da Criança e do Adolescente no Maranhão (Funac-MA) inaugura, quinta-feira, às 16h, a unidade onde será executado o programa de semiliberdade de socioeducandos em São Luís. Situada no bairro do Monte Castelo (Rua Paulo Frontim, nº 340), atenderá adolescentes do sexo masculino, de 12 a 18 anos. Representantes do Poder Judiciário, governo do estado e de entidades sociais promotoras dos direitos da criança e do adolescente participarão da inauguração. A Funac-MA é vinculada à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc).

Foram feitas às adaptações do projeto pedagógico e do regime interno da unidade, em conformidade com a Lei 12.594, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Neste sentido, de acordo com orientações do Sinase, as unidades de semiliberdade devem funcionar em residências, localizadas em comunidades.

A nova casa, com capacidade para acolher até 12 jovens, terá uma equipe multidisciplinar formada por pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais. O serviço será realizado por meio um Plano Individual de Atendimento (PIA). Durante o atendimento serão feitos acompa-

12

jovens serão atendidos na unidade Funac destinada ao programa de semiliberdade

nhamentos psicológico, social e pedagógico. Também serão viabilizados serviços de saúde, ensino escolar, profissionalização e atividades de arte, educação e esporte.

Sobre a medida

A semiliberdade pode ser a primeira medida socioeducativa aplicada por um juiz de uma vara da infância e da juventude, ou uma progressão de medida (transição entre internação ou liberdade). Na semiliberdade, os adolescentes frequentam a escola, geralmente localizada na comunidade ou em bairros vizinhos, cursos técnicos e profissionalizantes, podendo trabalhar e realizar atividades externas. Os adolescentes aos finais de semana retornam ao convívio familiar.

■ OPERAÇÃO

Polícia Civil cumpre mandado de prisão contra estuprador

Uma operação do Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP), em conjunto com a Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), culminou com o cumprimento de uma ordem de prisão em desfavor de Ednilson Rollins da Silva, de 23 anos, acusado de estuprar uma menina na capital maranhense.

De acordo com o delegado regional de Presidente Dutra, Paulo Arthur Franco Garcia, Ednilson Rollins foi detido no sábado (8), por meio de um mandado de prisão preventiva expedido pela juíza

Rosária de Fátima Almeida Duarte, da 9ª Vara Criminal do Fórum de São Luís.

Com base nas investigações, a Superintendência de Polícia Civil do Interior comunicou ao delegado Paulo Franco que o foragido estava localizado na residência localizada na Avenida Tancredo Neves, s/n, município de Presidente Dutra.

Segundo a polícia, o homem admitiu ter se relacionado com a menor de idade. Ednilson Rollins da Silva ficará preso na Regional de Presidente Dutra. Logo após, será encaminhado para a Penitenciária.

TJ recebe denúncia contra prefeitos de Colinas e São Francisco do Maranhão

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu denúncia do Ministério Público Estadual contra os prefeitos Valmira Miranda da Silva (Colinas) e Francisco Ademar dos Santos, o "Chico Pechó" (São Francisco do Maranhão). Ambos não prestaram contas do exercício financeiro de 2011 no prazo estabelecido em lei ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). **Página 6**

Prestação de contas

TJ recebe denúncia contra prefeitos de Colinas e São Francisco do Maranhão



Para Joaquim Figueiredo, ficou comprovada a materialidade do delito

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu denúncia do Ministério Público Estadual contra os prefeitos Valmira Miranda da Silva (Colinas) e Francisco Ademar dos Santos, o "Chico Pechó" (São Francisco do Maranhão).

Ambos não prestaram contas do exercício financeiro de 2011 no prazo estabelecido em lei ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

COLINAS – A denúncia contra a prefeita de Colinas, Valmira Miranda – que prestou as contas municipais de

2011 com 21 dias de atraso, após declaração de inadimplência do TCE – foi recebida pela câmara por maioria de votos.

Os desembargadores Joaquim Figueiredo e Raimundo Nonato de Souza votaram pela instauração da ação penal, conforme parecer do Ministério Público Estadual. O relator do processo, desembargador Froz Sobrinho, porém, apresentou voto divergente, se manifestando pelo não recebimento da denúncia.

"Pelo que se depreende a conduta da acusada, esta se encontra totalmente desvestida de dolo, o que é imprescindível para se enquadrar no crime descrito no artigo 1º, inciso VI do Decreto-Lei 201/67, haja vista a apresentação de contas",

afirmou Froz Sobrinho, acrescentando que a prefeita não teve atitude mal intencionada e não teve interesse em causar prejuízos ao erário.

SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO – O processo que trata da denúncia contra o prefeito de São Francisco do Maranhão, Chico Pechó, teve como relator o desembargador Joaquim Figueiredo.

No entendimento do relator, ficou comprovada a materialidade do delito (existência do crime), indícios de autoria e viabilidade para prosseguimento da ação penal.

Figueiredo foi acompanhado pelo desembargador Raimundo Nonato de Souza, com voto contrário do desembargador Froz Sobrinho.

Nesta quinta-feira

Funac vai inaugurar unidade para socioeducandos

A Fundação da Criança e do Adolescente no Maranhão (Funac-MA) inaugura, nesta quinta-feira (13), às 16h, a unidade onde será executado o programa de semiliberdade de socioeducandos em São Luís. Situada no bairro do Monte Castelo (Rua Paulo Frontim, nº 340), atenderá adolescentes do sexo masculino, de 12 a 18 anos.

Representantes do Poder Judiciário, Governo do Estado e de entidades sociais promotoras dos direitos da criança e adolescentes participarão da inauguração. A Funac-MA é vinculada à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc),

Foram feitas as adaptações do projeto pedagógico e do regimento interno da unidade, em conformidade com a Lei 12.594, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Neste sentido, de acordo com orientações do Sinase, as unidades de semiliberdade devem funcionar em residências, localizadas em comunidades.

A nova casa, com capa-

cidade para acolher até 12 jovens, terá uma equipe multidisciplinar formada por pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais. O serviço será realizado por meio um Plano Individual de Atendimento (PIA).

Durante o atendimento serão feitos acompanhamentos psicológico, social e pedagógico. Também serão viabilizados serviços de saúde, ensino escolar, profissionalização e atividades de arte, educação e esporte.

Sobre a medida

A semiliberdade pode ser a primeira medida socioeducativa aplicada por um juiz de uma vara da infância e da juventude, ou uma progressão de medida (transição entre internação ou liberdade).

Na semiliberdade, os adolescentes frequentam a escola, geralmente localizada na comunidade ou em bairros vizinhos, cursos técnicos e profissionalizantes, podendo trabalhar e realizar atividades externas. Os adolescentes aos finais de semana retornam ao convívio familiar.

São Luís

Campanha contra a violência doméstica movimenta Fórum



O juiz Nelson Rego participou da mobilização

Uma mobilização no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, marcou, na última sexta-feira (7), o encerramento da campanha dos 16 dias de ativismo contra a violência doméstica, desenvolvida no Estado pela Coordenadoria da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão. A campanha teve como tema "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte".

"A Lei Maria da Penha é conhecida por 91% das pessoas, entretanto menos de 23% conhecem seu conteú-

do. Por isso, a importância de ações como esta, que precisam ser continuadas com vistas ao esclarecimento dos direitos da mulher", destacou o juiz titular da Vara Especial da Mulher de São Luís, Nelson Moraes Rego.

A campanha pelos 16 dias de ativismo teve início no dia 25 de novembro, com uma caminhada na Avenida Litorânea. Em Imperatriz, a Vara da Mulher daquela comarca também desenvolveu atividades relacionadas ao tema. Uma parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) viabilizou blitzens educativas e palestras sobre o femicídio.

Polícia

Polícia Civil cumpre mandado de prisão contra estuprador

Uma operação do Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP), em conjunto com a Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI) culminou com cumprimento de uma ordem de prisão em desfavor de Ednilson Rollins da Silva, 23 anos, acusado de estuprar uma menina na capital maranhense.

De acordo com o delegado Regional de Presidente Dutra, Paulo Arthur Franco Garcia, Ednilson Rollins foi detido no sábado (8), por meio de um mandado de prisão preventiva expedido pela Juíza Rosária de Fátima Almeida

Duarte, da 9ª Vara Criminal do Fórum de São Luís.

Com base nas investigações, a Superintendência de Polícia Civil do Interior comunicou o delegado Paulo Franco, que o foragido estava localizado na residência localizada na Avenida Tancredo Neves, s/n, município de Presidente Dutra.

Segundo a Polícia, o homem admitiu ter se relacionado com a menor de idade. Ednilson Rollins da Silva ficará preso na Regional de Presidente Dutra, logo após será encaminhado para Penitenciária de Pedrinhas onde aguardará a decisão da Justiça.

❖❖ **Apenados terão documentos básicos fornecidos pelos Tribunais de Justiça, Eleitoral, Secretarias de Justiça e Administração, Segurança, Direitos Humanos, da Criança e Assistência Social, Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, Viva Cidadão, 27ª Circunscrição de Serviço Militar e Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Maranhão.**

❖❖ **É o que ficou acertado no convênio assinado na tarde desta segunda-feira (10), entre estas instituições por iniciativa da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, coordenada no Maranhão pelo desembargador Froz Sobrinho.**

❖❖ **Entendem-se como documentos básicos certidão de nascimento, carteira de trabalho, de identidade, CPF, título de eleitor e alistamento militar, que garantem a efetiva implementação do programa Começar de Novo do Conselho Nacional de Justiça no estado.**

EDITORIAL

O grito na garganta

Fazendo um paralelo entre o poder econômico e o poder popular, o presidente da Embratur, Flávio Dino, fez, durante o seminário de seu partido, o PCdoB, uma pregação que pode calar no coração dos maranhenses: evitar os 50 anos da oligarquia Sarney no Maranhão. Falta pouco para que se complete meio século no poder da mais vasta aliança política estadual do Nordeste, quiçá do Brasil.

Esta aliança, de posse de todos os cargos federais e estaduais no Estado e sempre adotando métodos reprováveis de cooptação política, envolveu os prefeitos, vereadores, deputados e lideranças de todos os municípios. A partir do jugo do Poder Executivo, entranhou-se perversamente no Legislativo e no Judiciário, serviu-se da ditadura e de todos os governos pós-democráticos do país para dissolver lideranças emergentes no Maranhão, corromper partidos políticos e garantir a manutenção do mais longo reinado de poder no Brasil.

Como um polvo, a oligarquia estendeu seus tentáculos a todas as organizações da sociedade civil, de sindicatos a associações de moradores, de clubes de mães a associações de futebol de areia, de grupos folclóricos a escolas de samba em todo o estado. Vê-se, então, que a tarefa de evitar os 50 anos da oligarquia Sarney não é apenas um caminhar, pois implica em mudança de mentalidade dos maranhenses, em carregar uma mensagem de libertação em todos os dias que se sucederem daqui até a eleição de 2014.

Toda essa arregimentação fisiológica não impediu que a oposição vencesse a eleição de 2012 nos principais colégios eleitorais do estado, inclusive a capital São Luís, e no segundo maior colégio eleitoral do estado, o município de Imperatriz. No entanto, os partidos no governo elegeram maior número de prefeitos e vereadores, o que torna o caminhar de Flávio Dino mais longo e mais urgente. O risco é a alienação política persistente nos pequenos colégios eleitorais do Maranhão, que são a imensa maioria.

O presidente da Embratur entende que o processo de mudança no estado começa agora, em 2013, com a adoção de um modelo de gestão pública moderno e eficiente a ser implementado pelos novos gestores. Nas diversas prefeituras em que venceu, a oposição tem dois anos para mostrar que é capaz de governar bem melhor que o grupo Sarney, o que nos parece uma tarefa muito fácil. Outro alerta é a formação de alianças políticas amplas, sem as quais não é possível vencer.

O governo tem a caneta, o dinheiro, os cargos, o partido no poder nacionalmente (PT), a ascensão aos demais poderes; enfim, uma força de manipulação e cooptação imensurável, sem contar a dependência física e financeira dos municípios. Mas tem contra ele a História, as notícias de corrupção e fisiologismo, de nepotismo e atraso. E tem, principalmente, esse grito de liberdade engatado na garganta do povo do Maranhão.

***TJ recebe
denúncia
contra dois
prefeitos
maranhenses***

PÁGINA 3 _____

TJ-MA recebe denúncia contra prefeitos de Colinas e São Francisco do Maranhão

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça recebeu denúncia do Ministério Público Estadual contra os prefeitos Valmira Miranda da Silva (Colinas) e Francisco Ademir dos Santos, o "Chico Pechó" (São Francisco do Maranhão). Ambos não prestaram contas do exercício financeiro de 2011 no prazo estabelecido em lei ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

A denúncia contra a prefeita de Colinas, Valmira Miranda – que prestou as contas municipais de 2011 com 21 dias de atraso, após declaração de inadimplência do TCE – foi recebida pela câmara por maioria de votos.

Os desembargadores Joaquim Figueiredo e Raimundo Nonato de Souza votaram pela instauração da ação penal, conforme parecer do Ministério Público Estadual. O relator do processo, desembargador Froz Sobrinho, porém, apresentou voto divergente, se manifestando pelo não recebimento da de-

núncia. "Pelo que se depreende a conduta da acusada, esta se encontra totalmente desvestida de dolo, o que é imprescindível para se enquadrar no crime descrito no artigo 1º, inciso VI do Decreto-Lei 201/67, haja vista a apresentação de contas", afirmou Froz Sobrinho, acrescentando que a prefeita não teve atitude mal-intencionada e não teve interesse em causar prejuízos ao erário.

O processo que trata da denúncia contra o prefeito de São Francisco do Maranhão, Chico Pechó, teve como relator o desembargador Joaquim Figueiredo.

No entendimento do relator, ficou comprovada a materialidade do delito (existência do crime), indícios de autoria e viabilidade para prosseguimento da ação penal.

Figueiredo foi acompanhado pelo desembargador Raimundo Nonato de Souza, com voto contrário do desembargador Froz Sobrinho.

Castelo destaca implantação do processo eletrônico no TRT do MA

O prefeito João Castelo participou, ontem, da instalação do processo judicial eletrônico no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA). A solenidade, realizada com a presença do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro João Oreste Dalazen, reuniu um grande número de autoridades do Poder Judiciário, do Ministério Público do Trabalho e de diversas instituições da área jurídica.

Castelo cumprimentou e parabenizou o ministro João Oreste Dalazen e a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo, pela implantação do novo sistema no TRT do Maranhão.

"Todas estas inovações tecnológicas, que chegam agora para facilitar ainda mais o acesso do cidadão à Justiça, são muito bem-vindas. Servem para melhorar a vida das pessoas e contribuem para o aperfeiçoamento das condições de vida de toda a nossa sociedade. Portanto, a Justiça do Trabalho está de parabéns com o início deste novo e moderno sistema", declarou João Castelo.

Durante a solenidade, realizada

no Plenário do TRT-MA, o ministro João Oreste Dalazen salientou que o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) foi concebido para unificar todas as instâncias da Justiça do Trabalho e, futuramente, os outros segmentos do Poder Judiciário. Dalazen explicou que o PJe-JT permite a prática processual pela internet, sem necessidade de deslocamento à Vara do Trabalho ou ao TRT. "É a Justiça aberta aos cidadãos 24 horas por dia", ressaltou o ministro Dalazen, presidente do TST. Segundo ele, o lançamento do sistema no Maranhão marcou a conclusão das instalações previstas para os tribunais do trabalho do Nordeste brasileiro.

Processo eletrônico – A presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo, ressaltou que o processo eletrônico traz inúmeros benefícios, entre eles, maior celeridade porque possibilita que se acesse o sistema de qualquer lugar, bastando para isso ter acesso à internet e uma assinatura digital.

Os advogados, por exemplo, poderão protocolar suas ações trabalhistas do próprio escritório, anexar documentos e acompanhar a tramitação

do processo sem precisar se deslocar à Vara Trabalhista. A desembargadora Ilka Esdra Araújo destacou ainda que o novo sistema contribuirá para um ambiente de trabalho mais saudável, porque magistrados e servidores deixarão de manusear papéis.

De acordo com informações da desembargadora, durante as audiências, as partes visualizarão simultaneamente os processos pelos computadores instalados nas salas de audiência. Além disso, recursos às instâncias superiores serão remetidos de forma eletrônica, o que gera economia com recursos, transporte e espaço físico para arquivamento de autos.

Para garantir a integridade das informações inseridas no PJe-JT, os advogados necessitarão da certificação digital. Trata-se de uma assinatura eletrônica que protege o sistema de eventuais tentativas de fraudes ou de ataques.

O desembargador James Magno Araújo, gestor do PJe no TRT do Maranhão, disse que informações sobre como obter a certificação podem ser obtidas em www.csjt.jus.br/pje-jt. Na página oficial do PJe-JT, também estão disponíveis manuais e um curso autinstrucional sobre a ferramenta.

São Domingos do Maranhão	
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo De 30 (trinta) Dias	A(o) Dr.(a) <u>Flávia</u> Para as devidas providências Em <u>10/12/2012</u> 
Ação: COBRANÇA Processo nº 277-65.2012.8.10.0123 Requerente: Banco do Nordeste Advogado: Edelson Ferreira Filho OAB/MA 6652 Requerido: Sívio Antonio Peixoto de Moura	Osválto Paiva Martins Gerente da CONJ-SJZ
O Dr. CLÊNIO LIMA CORRÊA, Juiz de Direito desta Comarca de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc.	
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos de Cobrança acima mencionada, sendo o presente para	
CITAR: <u>SÍLVIO ANTONIO PEIXOTO DE MOURA</u> , brasileiro, casado, agricultor, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a ação, sob pena de não o fazendo serem consideradas verdadeiras as alegações da requerente (art. 285 do CPC). Cumpra-se. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão, aos 06 (seis) dias do mês de dezembro de 2012 (dois mil e doze). Eu, Graziella Lopes de Carvalho Moraes, Técnico Judiciário, fiz digitar, subscrevi e assino.	
DR. CLÊNIO LIMA CORRÊA Juiz de Direito	

Gardênia Castelo faz apelo para que Lei Maria da Penha seja cumprida

A deputada Gardênia Castelo (PSDB) fez um apelo, ontem, para que as autoridades assegurem efetivamente o cumprimento da Lei Maria da Penha, criada para coibir violências contra a mulher. “Faço este apelo porque acredito que se cada Poder constituído fizer a sua parte, se os governos, os Poderes Executivos, o Judiciário, o Ministério Público e esta Casa que pode contribuir sem dúvida. Será muito interessante para que a gente possa de fato combater essa praga que é a violência, e não é só a violência contra a mulher, mas a própria violência doméstica, e até mesmo a violência contra idosos, que ainda é muito recorrente”, afirmou a deputada.

Ela lembrou que a Lei Maria da Penha, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, prevê o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar.

Ao proferir seu discurso, a deputada Gardênia Castelo leu matéria publicada no **Jornal Pequeno** sob o título “Falta de estrutura retarda a aplicação da Lei Maria da Penha”: Passados

seis anos da promulgação da Lei Maria da Penha e embora o número de denúncias venha aumentando, a impunidade ainda é o maior obstáculo para a punição de agressores.

Sancionada em 2006 e considerada um modelo internacional de legislação de proteção à mulher, a lei, que leva o nome da ativista cearense que ficou paraplégica após ser baleada pelo marido, enfrenta a morosidade do Poder Público que ainda não empreendeu a estruturação da rede de atendimento à mulher prevista pela norma.

De acordo com uma reportagem da rede BBC, o serviço Ligue 180, implantado na mesma época da promulgação da lei, recebeu quase três milhões de ligações nos últimos seis anos, sendo 330 mil denúncias de violência. O dado é interpretado por especialistas como sinal da consolidação do canal e da cultura gerada pela lei.

Segundo a reportagem, entre os principais obstáculos estão a morosidade do Poder Judiciário, o machismo e o preconceito das autoridades e a insistência de magistrados em proceder com conciliações mesmo em casos flagrantes de agressão e abuso.



Edenilson Rollins é suspeito de estuprar uma garota em São Luís

Homem é preso em cumprimento a mandado de prisão por estupro

dência de Polícia Civil do Interior (SPCI), culminou com o cumprimento de uma ordem de prisão contra Edenilson Rollins da Silva, de 23 anos, acusado de estuprar uma menina na capital maranhense.

De acordo com o delegado regional de Presidente Dutra, Paulo Arthur Franco Garcia, Edenilson Rollins foi detido no sábado (8), por meio de um mandado de prisão preventiva expedido pela Juíza Rosária de Fátima Almeida Duarte, da 9ª Vara Criminal do Fórum de São Luís.

Com base nas investigações, a Superintendência de Polícia Civil do Interior comunicou o delegado Paulo Franco, que o foragido estava localizado na residência localizada na Avenida Tancredo Neves, s/n, município de Presidente Dutra.

Segundo a Polícia, o homem admitiu ter se relacionado com a menor de idade. Edenilson Rollins da Silva ficará preso na Regional de Presidente Dutra, logo após será encaminhado para Penitenciária de Pedrinhas onde aguardará a decisão da Justiça.

Sebastiãozinho é absolvido pelo Tribunal do Júri em Coroatá

No último dia 29 de novembro, deste ano, após 17 anos, na Comarca de Coroatá, distante 260 quilômetros de São Luís, foi julgado o processo 069/2000, ocorrendo o tão esperado Júri Popular de Sebastião Cardoso da Silva, conhecido como "Sebastiãozinho", pela suposta acusação de ter mandado matar, no dia 22 de agosto, de 1995, João José do Nascimento, que foi alvejado no rosto por um tiro de espingarda 12, quando limpava o para-brisa de sua camionete D-20, por volta das 4h, no Terminal Rodoviário de Coroatá, quando iria transportar passageiros para a cidade de Peritoró.

A sessão do Tribunal do Júri Popular foi presidida pelo juiz titular da 2ª Vara, da Comarca de Coroatá, Francisco Ferreira de Lima; o Ministério Público do Estado do Maranhão foi representado pelo promotor de Justiça Marco Aurélio Ramos Fonseca; e a defesa de Sebastiãozinho teve à frente o advogado Gilson Fernandes de Araújo, assessorado, pelo também advogado André Farias Pereira, além da estagiária em Direito Aline Soares de Araújo.

Após cinco anos de investigação policial, como observado na denúncia oferecida pela promotora de Justiça Sebastiana de Cássia Araújo Muniz, "chegou-se à identificação dos autores do crime e suas respectivas condutas criminosas: o acusado Sebastião Cardoso da Silva, "O Sebastiãozinho", em razão de ter uma desavença com a vítima pelo domínio da linha de transporte de passageiros entre as cidades de Coroatá e Peritoró decidiu 'encomendar' a morte da vítima e também de seu filho, Evandro, sendo assim o autor intelectual do crime, para o qual concorreu "contratando" o acusado Raimundo Honorato Pereira, o "Honorato Cigano", pagando a importância de R\$ 3 mil pela execução do crime, o qual por sua vez agenciou e contratou os outros acusados, José Roberto Pereira, o "Zé Roberto", Antônio Pereira Ribeiro, o "Júlio", e Roque Pereira, o "Baltazar". Planejado o intento criminoso, os acusados iniciaram sua execução e, chegando ao local do crime, por volta das 3h da manhã, ficando à espera da vítima; que, quando chegou ao local foi identificada e morta".

Sebastiãozinho foi indiciado e depois denunciado pelo Ministério Público pelo crime de homicídio duplamente qualificado por ter cometido



Gilson Araújo e Sebastiãozinho depois de absolvido pelo Tribunal do Júri

crime descrito no art. 121 § 2º, inciso I e IV do Código Penal, isto é, por ter mandado matar alguém mediante paga ou promessa de recompensa ou, por outro motivo torpe, que é motivo repugnante, que causa repulsa, indignação excessiva a sociedade.

Durante o período em que Sebastiãozinho estava sendo processado foi decretada sua prisão por duas vezes, ocasiões em que foi recolhido a uma das celas da Delegacia de Polícia de Coroatá.

As prisões foram determinadas por ordem do juiz de direito Marco Antônio Netto Teixeira, quando titular da 2ª vara de Coroatá, que também decretou a prisão preventiva não só de Sebastiãozinho, mas também de Celício Ramalho da Silva que teria participado diretamente na preparação da morte da vítima João José do Nascimento.

Durante o julgamento de Sebastiãozinho, foi solicitado pelo promotor de Justiça Marco Aurélio Ramos que fossem mostradas as imagens do programa Linha Direta, exibido pela Rede Globo, dando conhecimento ao conselho de sentença o que fora levado aos telespectadores, a simulação do crime de homicídio em Coroatá, apontando Sebastião Cardoso da Silva, como mandante; Celício Ramalho da Silva, como agenciador e executores Honorato Cigano, José Roberto Pereira, Antonio Pereira Ribeiro e Roque Pereira.

No Tribunal do Júri, realizado em Coroatá, o promotor de Justiça Marco Aurélio sustentou a tese de homicídio duplamente qualificado, pedindo a condenação de Sebastiãozinho, fazendo, inclusive, uso da réplica.

O advogado de defesa, Gilson Fernandes de Araújo, defendeu a tese de

negativa de autoria, pois não existia prova alguma de que Sebastiãozinho tivesse sido o mandante do crime.

Gilson Araújo também sustentou a tese de que as provas não eram suficientes para a condenação de Sebastiãozinho; e que, prevalecendo qualquer dúvida, por menor que fosse, a absolvição seria o melhor caminho com base no princípio do *in dúbio pro reo*.

O criminalista procurou demonstrar a dúvida existente, pois havia comentários e afirmações de quatro testemunhas que prestaram depoimento no Tribunal do Júri de que, aproximadamente, 10 dias antes do crime, houve uma desavença entre este e seu genro, que discutiram e foram às vias de fato, quando João José o agrediu fisicamente e o arrastou pela rua de Coroatá, tendo sido jurado de morte, e o crime consumado dentro dos 10 dias conforme prometido.

Após a conclusão dos debates, o juiz-presidente, Francisco Ferreira de Lima, titular da 2ª Vara da Comarca de Coroatá, perguntou aos jurados se estavam prontos para julgar a causa ou precisavam de mais esclarecimentos, quando afirmaram que sim e, por conseguinte, foram convidados a se dirigir para a Sala Secreta que, após lido e perguntado sobre os quesitos, responderam por maioria de votos que Sebastião Cardoso da Silva não foi o mandante do crime que matou João José do Nascimento.

Em plenário, o juiz Francisco Ferreira de Lima leu e publicou a sentença que absolveu o réu Sebastião Cardoso da Silva, de acordo com a decisão dos jurados, que reconheceram por maioria de votos a tese de negativa de autoria, sustentada pelo advogado Gilson Araújo.

Apesar de mais verba, Justiça soluciona só 30% dos casos

Dos 90 milhões de processos judiciais que tramitaram no Brasil em 2011, 71% não foram solucionados. O percentual indica que, em cada quatro casos, apenas um foi "baixado", ou seja, recebeu sentença ou foi arquivado.

O cálculo foi feito a partir de levantamento do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), na 8ª edição do relatório "Justiça em Números", que consolida informações fornecidas por todas as esferas da Justiça brasileira, com exceção do Supremo Tribunal Federal.

Elaborado desde 2004, o relatório ganhou nova metodologia nesta edição, que analisa dados de 2011, e incluiu o STJ (Superior Tribunal de Justiça), a Justiça Eleitoral e a Justiça Militar. O STF não entra na conta, pois adota indicadores diferentes dos utilizados pelo CNJ.

Tribunais de Justiça – A maior fatia de processos cabe às justiças estaduais. Os TJs (tribunais de justiça estaduais) respondem por 78% do volume movimentado no ano passa-

do, cerca de 70 milhões de ações.

O acompanhamento dos TJs desde 2009 mostra que, mesmo com crescimento de R\$ 2,6 bilhões no orçamento total e da chegada de mais 276 juízes nos quadros estaduais, a taxa de congestionamento manteve-se nos mesmos 74% de dois anos atrás.

No mesmo período, o número de novos casos abertos nos tribunais estaduais cresceu 7%. Além da morosidade, a quantidade de ações paradas aumentou 4%, acréscimo de mais 2 milhões de casos no "estoque" de processos sem solução.

Justiça Federal – Apenas no ano passado, os TRFs (tribunais regionais federais) solucionaram mais de 3,3 milhões de conflitos, número equivalente aos novos casos que ingressaram no mesmo período.

Assim, a Justiça Federal não conseguiu desenrolar as mais de 8 milhões de ações de seu estoque, dificuldade que se reflete na média de 70% de congestionamento dos 5 TRFs. (Folha Online)

Conselho de Justiça vota regra para barrar pagamentos ilegais à classe

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) vota hoje uma regra para acabar com pagamentos ilegais ou privilegiados de verbas trabalhistas atrasadas a juízes e servidores do Judiciário do país.

A regra, se aprovada, terá impacto financeiro na maior corte do país, o TJ (Tribunal de Justiça) de São Paulo.

Como revelado pela Folha no início deste ano, o tribunal paulista teve casos de magistrados que supostamente "furaram a fila" de quitações de passivos do TJ, levantando quantias milionárias, e apura existência de pagamento com juros acima do valor permitido pela lei.

A proposta que será votada pelo CNJ é resultado de uma consulta aos setores da Justiça ao longo deste ano.

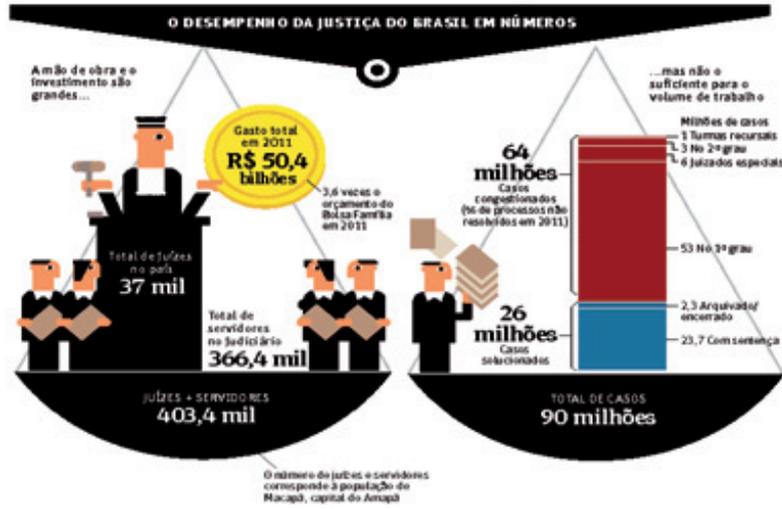
Seu relator, o conselheiro

José Lúcio Munhoz, afirmou que "a ideia é estabelecer um padrão para os tribunais, para eliminar eventuais desvios e benefícios individuais".

A resolução determina que quando houver recursos para pagamento de atrasados, eles sejam repartidos igualmente entre os juízes.

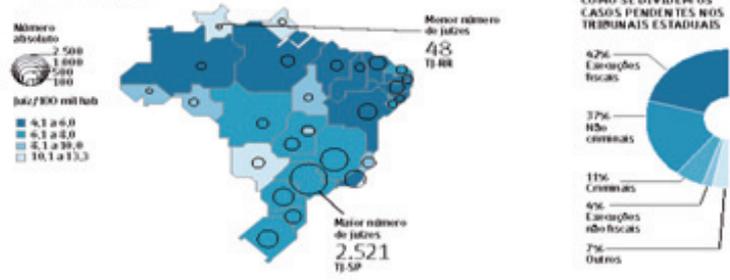
A resolução do CNJ regulamenta também índices, que seguirão valor estabelecido pelo TCU (Tribunal de Contas da União), para a correção monetária e pagamento de juros de mora para a quitação de atrasados.

A regra deverá levar o TJ de São Paulo a mudar o índice pago atualmente a seus juízes. O tribunal paulista informou que espera a deliberação do CNJ para adotar as medidas cabíveis. (Folha Online)



JUIZES POR ESTADO

Nos Tribunais de Justiça



1 TRIBUNAIS SUPERIORES

	STJ (Casos selecionados para julgar recursos dos tribunais estaduais e Federais)	TST (Casos selecionados para julgar recursos dos Tribunais Regionais do Trabalho)	TSE (Casos selecionados para julgar recursos dos Tribunais Regionais do Eleitoral, Regionais e Locais)	STM (Casos selecionados para julgar recursos dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Eleitoral, Marinha e Aeronáutica)
Juizes	33 Juizes	27 Juizes	7 Juizes	15 Juizes
Gasto em 2011	R\$ 675,5 m	R\$ 654,5 m	R\$ 450,5 m	R\$ 322,5 m
Casos selecionados	201 mil	157 mil	6,4 mil	765
Casos pendentes	não informa	201 mil	2 mil	433
Casos congestionados	não informa	32%	não há	36%

2 POR ÁREA DA JUSTIÇA

	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Eleitoral	Justiça Militar**
Gasto em 2011	R\$ 26,3 bi	R\$ 6,8 bi	R\$ 11,2 bi	R\$ 3,6 bi	R\$ 96 m
Salários, diárias, passagens, auxílio	85% dos gastos	89% dos gastos	96% dos gastos	82% dos gastos	67% dos gastos
Soluções em 2011	18,3 m	3,4 m	3,6 m	92 mil	7,8 mil
Pendentes em 2011	51,4 m	8 m	3,3 m	62 mil	6 mil
Tribunais	27	3	28	27	3
Juizes	11.635	1.737	3.189	3.279	39
Serviças por magistrado	1.392	1.724	1.172	24	177

